

CF/SESC/OF/092/21

Curitiba, 25 de março de 2021.

José Gilton Pereira Lima
Presidente
Conselho Regional do Sesc
Maceió

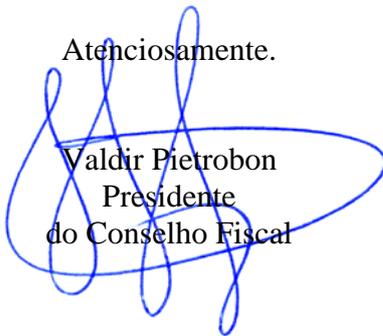
Senhor Presidente,

Comunicamos que o Conselho Fiscal, em sua 13ª sessão realizada nesta data, acolheu o parecer do Conselheiro-Relator, concluindo pela regularidade da Prestação de Contas de 2020, sem restrições.

Seguem, em anexo, o excerto da ata, a análise da Assessoria Técnica e o parecer do Conselheiro-Relator sobre a análise efetuada, atendendo ao disposto no art. 57 do Codeco.

Por fim, informamos que o conhecimento de fato de gestão superveniente e essencial ocorrido nesse exercício poderá motivar a revisão deste posicionamento, conforme art. 4º, inciso XI, do Regimento Interno do Conselho Fiscal, homologado pela Resolução Sesc nº 1.194/2010.

Atenciosamente.



Valdir Pietrobon
Presidente
do Conselho Fiscal

**ANÁLISE DA ASSESSORIA TÉCNICA
SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SESC NO ESTADO DE ALAGOAS
EXERCÍCIO DE 2020**

A Assessoria Técnica do Conselho Fiscal do Serviço Social do Comércio (Sesc), consoante o artigo 20 do Regulamento do Sesc, aprovado pelo Decreto nº 61.836/1967 e o artigo 19 do Regimento Interno do Conselho Fiscal, examinou a prestação de contas da Administração Regional do Sesc no estado de Alagoas, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a fim de certificar a regularidade financeira, econômica e patrimonial da instituição.

A prestação de contas foi elaborada em conformidade com o artigo 53 das Normas Financeiras do Código de Contabilidade e Orçamento (Codeco), aprovado pelas Resoluções Sesc nºs 1.245/2012, de 17/2/2012 e 1.291/2014, de 4/11/2014.

O documento submeteu-se aos ritos da Instrução Normativa nº 84/2020, de 22/4/2020 e Decisão Normativa nº 187/2020, de 9/9/2020, ambas expedidas pelo Tribunal de Contas da União.

A análise foi realizada sobre os seguintes enfoques: i) o Balanço Geral, com avaliação da situação econômica, financeira, orçamentária e patrimonial da entidade e suas mutações; ii) os resultados dos exames diretos e indiretos das documentações de receitas e despesas, conforme parágrafos 1º e 2º do art. 20 do Regimento Interno do Conselho Fiscal, considerando a materialidade e relevância, com o fim de assegurar a exatidão dos demonstrativos e a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão dos responsáveis; iii) a composição das peças integrantes do processo, no conteúdo e na forma, de acordo com as instruções dos órgãos interno e externo de controle, notadamente, os artigos 51 a 57 do Codeco; Instrução Normativa TCU 084/2020, de 22/4/2020 e Decisão Normativa TCU 187/2020, de 9/9/2020.

Para o exercício em análise, ressaltou-se que nossas avaliações consideraram os efeitos da pandemia Covid-19 nas estruturas econômicas do país e seus reflexos nos indicadores apresentados nesta prestação de contas.

Saliente-se ainda que, em virtude do estado de força maior vivenciado em 2020, foram realizadas auditorias de forma remota em algumas Administrações Regionais, fato que também impacta nos exames diretos dos atos e fatos subjacentes à esta prestação de contas.

Destarte, apresentamos o resultado da análise:

1 - ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

O orçamento inicial, registrado pelo Conselho Fiscal na 70ª sessão, de 22/11/2019, com as alterações posteriores, assim se apresentou:

	ORÇAMENTO INICIAL R\$	ALTERAÇÕES R\$	ORÇAMENTO FINAL R\$
Receita Orçamentária	42.779.232,00	(6.181.988,00)	36.597.244,00
Despesa Orçamentária	45.647.503,00	(7.167.297,00)	38.480.206,00
Previsão de “Déficit”	2.868.271,00	(985.309,00)	1.882.962,00

O déficit previsto foi coberto mediante a utilização de recursos financeiros de exercícios anteriores não comprometidos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA

Comparando-se a receita realizada com a fixada, temos:

<u>RECEITAS CORRENTES</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
previsão	36.497.244,00	100,00
realização	35.122.096,58	96,23
<u>RECEITAS DE CAPITAL</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
previsão	100.000,00	100,00
realização	-	-
<u>RECEITAS TOTAIS</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
previsão	36.597.244,00	100,00
realização	35.122.096,58	95,97

Nota:

Verificamos que não houve execução financeira das receitas de capital orçadas, sendo justificado por meio de nota explicativa:

O valor previsto para outras receitas de capital considerava a venda de três veículos que fazem parte do patrimônio do Regional. Informamos que deixamos de realizar a referida receita devido a impossibilidade da realização de leilões na capital alagoana, motivada pela pandemia do Covid-19.

Acatamos a justificativa, ressaltando que a mesma será certificada nos trabalhos de auditoria.

DESPESA

Comparando-se a despesa realizada com a fixada, temos:

<u>DESPESAS CORRENTES</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
previsão	36.497.244,00	100,00
realização	32.050.234,99	87,82
<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
previsão	1.982.962,00	100,00
realização	1.462.920,52	73,77
<u>DESPESAS TOTAIS</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
previsão	38.480.206,00	100,00
realização	33.513.155,51	87,09

Nota:

A execução financeira das despesas de capital, na ordem de 73,77%, foi justificada por meio de nota explicativa:

(...) este fato ocorreu em razão do desempenho financeiro apresentado pelo Regional Alagoas no decorrer dos dois últimos anos, (...) dificultando a concessão financeira da contrapartida que cabia ao regional para investimentos. Por cautela, e diante das incertezas do desempenho da economia causada pela pandemia, a Direção Regional entendeu que a melhor solução seria acompanhar a evolução econômica e destinar a execução do investimento para o exercício seguinte, qual seja, 2021.

Acatamos a justificativa, ressaltando que a mesma será certificada nos trabalhos de auditoria.

As despesas realizadas, em relação ao aspecto programático, assim se apresentavam:

<u>PROGRAMAS DE TRABALHO</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
01 - EDUCAÇÃO	5.699.900,42	17,01
02 - SAÚDE	10.620.148,33	31,68
03 - CULTURA	1.888.670,60	5,64
04 - LAZER	5.099.905,81	15,22
05 - ASSISTÊNCIA	2.996.617,53	8,94
06 - ADMINISTRAÇÃO	7.207.912,82	21,51
TOTAL	<u>33.513.155,51</u>	<u>100,00</u>

Verificamos que o maior dispêndio, no valor de R\$10.620.148,33, ocorreu no Programa “02 - SAÚDE”, distribuído, notadamente, nas atividades: “Infraestrutura, Operações e Serviços” (R\$3.593.127,20), “Nutrição” (R\$2.590.606,94), “Saúde Bucal” (R\$2.431.679,89) e “Educação em Saúde” (R\$609.743,63).

Abaixo, apresentamos quadro da execução financeira das metas previstas e as efetivamente realizadas, a fim de medir a eficiência da realização.

Execução Financeira - DESPESA - R\$			
Atividades	Prevista	Realizada	Realização (%)
Educação Infantil	839.070,00	711.620,57	84,81
Ensino Fundamental	659.252,00	491.152,43	74,50
Educação de Jovens e Adultos	1.353.519,00	1.235.709,84	91,30
Educação Complementar	550.741,00	446.122,83	81,00
Comunicação Institucional	28.000,00	25.073,13	89,55
Infraestrutura, Operações e Serviços	1.792.582,00	1.816.452,91	101,33
Direção, Coordenação e Supervisão	130.408,00	133.379,88	102,28
Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades Físicas	903.343,00	840.388,83	93,03
Programa Educação	6.256.915,00	5.699.900,42	91,10
Nutrição	3.033.572,00	2.590.606,94	85,40
Saúde Bucal	2.321.233,00	2.431.679,89	104,76
Educação em Saúde	539.766,00	609.743,63	112,96
Cuidado Terapêutico	443.336,00	380.550,79	85,84
Comunicação Institucional	44.000,00	35.402,60	80,46
Infraestrutura, Operações e Serviços	4.314.104,00	3.593.127,20	83,29
Direção, Coordenação e Supervisão	496.474,00	478.216,07	96,32
Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades Físicas	738.683,00	500.821,21	67,80
Programa Saúde	11.931.168,00	10.620.148,33	89,01
Artes Cênicas	198.268,00	121.866,09	61,47
Artes Visuais	147.120,00	61.198,85	41,60
Música	245.320,00	126.233,15	51,46

Literatura	175.243,00	79.788,36	45,53
Audiovisual	216.879,00	57.295,35	26,42
Biblioteca	555.377,00	425.917,78	76,69
Comunicação Institucional	34.000,00	31.372,15	92,27
Infraestrutura, Operações e Serviços	442.349,00	361.894,29	81,81
Direção, Coordenação e Supervisão	654.197,00	619.279,67	94,66
Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades Físicas	30.000,00	3.824,91	12,75
Programa Cultura	2.698.753,00	1.888.670,60	69,98
Desenvolvimento Físico-Esportivo	1.066.723,00	722.115,05	67,69
Recreação	1.058.688,00	454.108,58	42,89
Turismo Social	1.054.898,00	632.341,72	59,94
Comunicação Institucional	45.100,00	32.902,14	72,95
Infraestrutura, Operações e Serviços	2.332.686,00	2.192.803,35	94,00
Direção, Coordenação e Supervisão	900.345,00	1.036.699,12	115,14
Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades Físicas	90.936,00	28.935,85	31,82
Programa Lazer	6.549.376,00	5.099.905,81	77,87
Segurança Alimentar e Apoio Social	2.086.705,00	1.924.897,04	92,25
Trabalho Social com Grupos	285.251,00	208.687,63	73,16
Comunicação Institucional	437.915,00	505.787,48	115,50
Direção, Coordenação e Supervisão	152.574,00	167.436,18	109,74
Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas	205.946,00	189.809,20	92,16
Programa Assistência	3.168.391,00	2.996.617,53	94,58
Deliberação	121.068,00	96.001,55	79,30
Serviços Jurídicos	204.497,00	62.907,97	30,76
Administração de Pessoal	701.692,00	536.069,17	76,40
Logística e Patrimônio	934.454,00	918.716,71	98,32
Gestão de Tecnologia da Informação e Telecomunicação	611.063,00	420.505,72	68,82
Programação e Avaliação	367.900,00	338.121,03	91,91
Serviços Financeiros	1.725.604,00	1.967.020,80	113,99
Relacionamento com Clientes	730.461,00	719.236,81	98,46
Direção, Coordenação e Supervisão	2.258.864,00	2.060.383,34	91,21
Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades Físicas	220.000,00	88.949,72	40,43
Programa Administração	7.875.603,00	7.207.912,82	91,52
Total:	38.480.206,00	33.513.155,51	87,09

O Regional apresentou 87,09% de execução financeira, de acordo com as metas previstas na consecução de suas atividades em 2020.

Análises:

1) Encargos Patronais

A Administração Regional fechou o exercício com um percentual de 28,42% de Encargos Patronais com coerência em relação às despesas com Remuneração de Pessoal acrescidas de Outras Despesas de Pessoal e Encargos.

2) Despesas com Pessoal e Encargos (até 60%)

Ao final do exercício, os gastos com Pessoal e Encargos Sociais representaram 61,62% das Receitas Correntes, não estando coerente com o percentual de 60% que, historicamente, é considerado razoável para o equilíbrio financeiro.

Durante o exercício, por meio da análise dos balancetes mensais, verificamos que o percentual apresentou o seguinte comportamento:

Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out	Nov.	Dez.
44,06%	50,45%	53,70%	51,97%	57,83%	67,38%	75,69%	74,27%	71,88%	69,30%	67,07%	61,62%

A Administração Regional justificou a ocorrência, por meio de Nota Explicativa:

(...) se deu pela insuficiência na realização de receita nos meses de maio, junho e julho. A diminuição na realização das receitas correntes foi devido à queda da receita de serviços, reflexo da suspensão das atividades em virtude da Pandemia do COVID 19, e a diminuição da receita de contribuição, em virtude da MP932/2020 posteriormente convertida na Lei nº 14.025/2020.

Outro fator que contribuiu para o percentual acima do recomendado foi o excesso de execução na rubrica “Outras despesas de Pessoal e Encargos” ocorrido em virtude do pagamento de verbas rescisórias motivadas pela demissão de 82 colaboradores ocorrida no período de junho à novembro e o pagamento da ajuda compensatória conforme MP 936/2020 posteriormente convertida na lei nº 14.020/2020.

Não obstante as justificativas, e, embora o indicador de 60% esteja relacionado ao estipulado na Lei de Responsabilidade Fiscal, ressaltamos que a Assessoria Técnica do Conselho Fiscal está ciente dos efeitos da pandemia Covid-19, e salientamos que o índice encontra-se em declínio desde agosto/2020, ficando apenas 1,62% acima do estipulado no mês de dezembro.

3) Gastos Programa Administração (25%)

A Administração Regional fechou o exercício com as Despesas Correntes do Programa 06 - Administração abaixo do limite regulamentar de 25% em relação às Receitas Correntes, conforme disposto no artigo 14 das Normas Financeiras do Código de Contabilidade e Orçamento (Codeco) e no critério estabelecido pela Resolução nº 127/1969, para cálculo das despesas com administração, a saber:

	Em R\$	%
Receitas Correntes (exclusive 4.5.3.1.2 - Subvenção Extraordinária)	35.122.096,58	100,00
Despesas Correntes do Programa 06 (excluída 3.5.3.1 - Transferências a Instituições Privadas - Contribuições)	6.528.899,17	18,59

2 - ANÁLISE FINANCEIRA

O Ativo Disponível teve uma alteração no exercício em decorrência das mutações patrimoniais a seguir demonstradas:

	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Saldo do Disponível no balanço anterior	.	8.243.259,46
MAIS:		
Superávit Financeiro	7.292.281,20	
Variação para menos no Ativo Realiz. a Curto Prazo	1.320.565,19	
Variação para mais no Passivo Circulante	543.863,70	
ATIVO DISPONÍVEL para o próximo exercício		<u>17.399.969,55</u>

COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES

As disponibilidades estavam assim constituídas:

	<u>R\$</u>
<u>CAIXA</u>	
em caixa	1.601,54
<u>BANCOS</u>	
C/Movimento	140.077,86
Aplicações Financeiras	16.679.412,92
Bancos C/Vinculada	578.877,23
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO	<u>17.398.368,01</u>
TOTAL GERAL	<u>17.399.969,55</u>

Nota:

Os valores existentes no Caixa e nos Bancos foram declarados pela Direção Regional que estão devidamente conciliados com os termos de conferência e extratos bancários, de acordo com o Código de Contabilidade e Orçamento.

3 - ANÁLISE ECONÔMICA

MUTAÇÕES DO ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo Não Circulante foi alterado em decorrência das mutações patrimoniais a seguir demonstradas:

	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Saldo Anterior		58.514.974,13
MAIS:		
1.2.3.1.1. Equipamentos e Mobiliário em Geral	127.458,70	
1.2.3.1.2. Veículos	168.500,00	
1.2.3.2.2. Construções em Curso	4.595.497,73	4.891.456,43
MENOS:		
1.2.3.1.9. Depreciação Acumulada de Bens Móveis	1.328.280,76	
1.2.3.2.3. Edificações	187.492,96	
1.2.3.2.4. Benfeitorias	38.246,19	
1.2.3.2.9. Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	2.227.775,70	3.781.795,61
Aumento do Ativo Não Circulante		1.109.660,82
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		59.624.634,95

Nota 1:

A variação no saldo do Ativo Não Circulante ocorreu, principalmente, devido aumento de R\$4.595.497,73 registrado na conta “1.2.3.2.2 Construções em curso”.

A Administração Regional apresentou a seguinte Nota Explicativa quanto ao aumento na conta 1.2.3.2.2 - Construções em curso:

(...) é resultante do total dos investimentos nas obras de construção do banco de alimentos do Programa Mesa Brasil, ampliação e reestruturação das instalações de combate a incêndio e pânico, requalificação das vias de passeio internos e áreas comuns da unidade Sesc Poço, reforma e ampliação da área de lazer do Sesc Arapiraca, e substituição e tratamento das telhas metálicas na quadra poliesportiva da Unidade Sesc Teotônio Vilela. Do total desse valor, R\$ 1.326.884,66 foi desembolsado pela Administração Regional e R\$ 3.268.613,07 foi arcado pelo Departamento Nacional.

Nota 2:

Os valores existentes no Ativo Imobilizado foram declarados pela Direção Regional que estão devidamente conciliados com os termos de conferência patrimonial, de acordo com o art. 54 do Código de Contabilidade e Orçamento.

A certificação das informações será efetuada quando dos trabalhos de auditoria.

4 - RESULTADOS DO EXERCÍCIO

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário do exercício foi apurado da seguinte forma:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	<u>R\$</u>
Variação Negativa entre Previsão e Contabilização	(1.475.147,42)
MENOS:	
Mobilização de Recursos Financeiros	1.882.962,00
SOMA	<u>(3.358.109,42)</u>
MAIS:	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Variação Negativa entre Autorização e Realização	4.967.050,49
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO	<u><u>1.608.941,07</u></u>

Nota:

Da análise do resultado apresentado no balanço, verificamos coerência na aplicação dos recursos conforme previsto, ressaltando que a qualidade, oportunidade e regularidade das despesas realizadas, serão ratificadas por meio de exames diretos, quando da auditoria.

RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro do exercício foi apurado da seguinte forma:

	<u>R\$</u>
Superávit Orçamentário do exercício	1.608.941,07
MAIS:	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	6.244.801,26
SOMA	<u>7.853.742,33</u>
MENOS:	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	561.461,13
SUPERÁVIT FINANCEIRO	<u><u>7.292.281,20</u></u>

Nota:

Por meio de nota explicativa, a AR/Sesc/AL assim se manifestou quanto ao valor de R\$6.244.801,26 em “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”:

(...). Esse valor é resultante do apoio financeiro recebido em agosto de 2020 a título de adiantamento de arrecadação compulsória no valor de R\$ 6.000.000,00.

RESULTADO ECONÔMICO

O Resultado Econômico do exercício assim se demonstra:

	<u>R\$</u>
Superávit Financeiro	7.292.281,20
MAIS:	
Aumento do Ativo Não Circulante	1.109.660,82
MENOS:	
Aumento do Passivo Não Circulante	6.000.000,00
SUPERÁVIT ECONÔMICO	<u>2.401.942,02</u>

Nota:

Em relação ao aumento de R\$6.000.000,00 no passivo não circulante, a AR/Sesc/AL assim se manifestou, por meio de nota explicativa:

Informamos que no exercício de 2020, o Regional Alagoas apresentou um aumento do passivo não circulante de R\$ 6.000.000,00 resultante do apoio financeiro a título de adiantamento de arrecadação compulsória no mesmo valor de R\$ 6.000.000,00 a ser pago em 36 parcelas (...)

5 - ANÁLISE PATRIMONIAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A apuração do Patrimônio Líquido, assim se demonstra:

	<u>R\$</u>
Superávit Econômico do Exercício	2.401.942,02
MAIS:	
Patrimônio Líquido do exercício anterior	71.398.654,76
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ACUMULADO	<u>73.800.596,78</u>

SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO

O Superávit Financeiro apurado por meio da equação, ATIVO CIRCULANTE menos PASSIVO CIRCULANTE que passa para o exercício seguinte, assim se demonstra:

	<u>R\$</u>
Superávit Financeiro do Exercício	7.292.281,20
MAIS:	
Superávit Financeiro Acumulado do Exercício anterior	<u>12.883.680,63</u>
SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	<u>20.175.961,83</u>

6 - INDICADORES FINANCEIROS

As situações financeira, patrimonial e operacional eram as seguintes:

1 Índice de Liquidez Instantânea:

<u>Disponibilidades Efetivas</u>	16.821.092,32	6,03
Exigível Imediato	2.790.626,20	

Interpretação: para cada R\$1,00 de compromisso imediato, o Regional dispõe de R\$6,03 de pronta utilização.

2 Índice de Liquidez Corrente:

<u>Ativo Circulante</u>	24.413.005,56	5,76
Passivo Circulante	4.237.043,73	

Interpretação: para cada R\$1,00 de compromisso, o Regional dispõe de R\$5,76 de recursos mobilizáveis.

3 Índice de Liquidez Geral:

<u>Ativo Real = Ativo Circulante - (Valores + Despesas Antecipadas)</u>	24.240.921,69	6,72
Passivo Real = Passivo Circulante - (Valores em Apuração + Receitas Antecipadas)	3.607.839,40	

Interpretação: para cada R\$1,00 de obrigações, o Regional dispõe de R\$6,72 de recursos financeiros em caso de conversão total dos valores realizáveis.

4 Índice de Manutenção de Atividades:

<u>Receitas Correntes</u>	35.122.096,58	1,10
Despesa Corrente	32.050.234,99	

Interpretação: este índice de avaliação do aspecto operacional indica que as receitas correntes foram superiores às despesas correntes, concluindo-se que houve recursos suficientes para desenvolver as atividades.

5 Cálculo da Reserva Financeira:

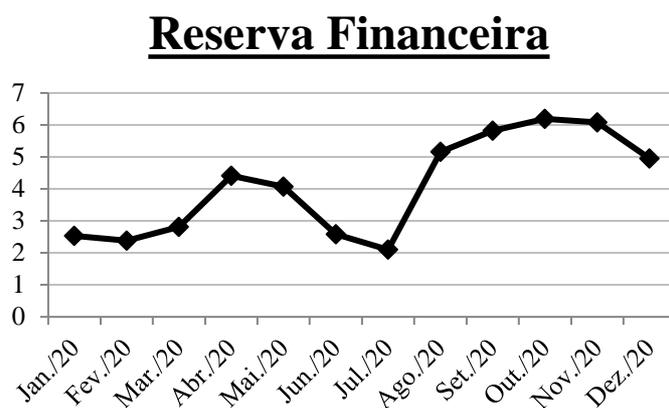
<u>Disponível Líquido</u>	14.030.466,12	4,95
Despesa Corrente	2.832.695,52	

Interpretação: a AR/Sesc/AL contava com uma reserva financeira, no valor de R\$14.030.466,12, para gastos normais futuros de até 4 meses e 28 dias.

6 Comportamento da reserva financeira no exercício:

Durante o exercício de 2020, a sustentabilidade financeira da Administração Regional para suportar gastos normais futuros apresentou o seguinte comportamento:

Mês	Despesas Correntes	Disponível Líquido	Reserva Financeira			
Jan./20	3.208.962,16	8.128.070,18	2	M	15	D
Fev./20	3.367.040,05	8.028.796,52	2	M	11	D
Mar./20	3.095.806,13	8.715.304,75	2	M	24	D
Abr./20	2.062.613,25	9.091.061,51	4	M	12	D
Mai./20	2.338.406,22	9.517.228,76	4	M	2	D
Jun./20	3.278.669,77	8.464.625,57	2	M	17	D
Jul./20	3.145.769,19	6.605.161,20	2	M	2	D
Ago./20	2.279.678,83	11.773.749,22	5	M	4	D
Set./20	2.126.133,40	12.385.425,94	5	M	24	D
Out./20	2.123.747,54	13.147.742,01	6	M	5	D
Nov./20	2.190.712,93	13.318.379,13	6	M	2	D
Dez./20	2.832.695,52	14.030.466,12	4	M	28	D



Nota:

Durante o exercício, a Administração Regional manteve sua reserva financeira na média de quatro meses, ressaltando o aumento a partir do mês de agosto/2020, considerando o destacado pela AR/Sesc/AL, à época:

(...) O aumento nos dias de reserva se deu em virtude da concessão de apoio financeiro, a título de adiantamento de arrecadação recebido pelo Regional no mês de agosto. A readequação da estrutura organizacional e a redução das despesas também contribuíram para o aumento dos dias de reserva do Regional.

No mês de dezembro/2020, a reserva financeira apresentou redução de aproximadamente um mês em relação ao mês de novembro/2020, sendo justificado pela Administração Regional por meio de nota explicativa:

(...) A queda na reserva financeira quando comparada com o mês anterior, novembro 2020, se deu em virtude do pagamento das compras de cestas básicas de alimentos do programa Live, Fome de Música.

7 - INDICADORES DE GESTÃO

PROGRAMA DE COMPROMETIMENTO E GRATUIDADE (PCG)

O Programa de Comprometimento e Gratuidade desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio tem como objetivo cumprir o acordo firmado, por meio do Decreto nº 6.632/2008, com o Governo Federal, que visa aplicar recursos da arrecadação compulsória em educação básica e continuada ou ações educativas relacionadas com os programas institucionais. Metade do montante deverá ser destinada gratuitamente aos comerciários e seus dependentes e aos estudantes da educação básica de baixa renda, conforme quadros demonstrativos em anexo.

- a) Verificamos que a Administração Regional não atingiu a execução financeira disponibilizada ao PCG (33,33% da Receita Compulsória Líquida) conforme o disposto no decreto governamental:

Mínimo exigido pelo Decreto 6.632/08 (33,33% da receita compulsória líquida)	R\$6.358.941,96
Valor destinado, conforme demonstrativo apresentado pela AR/Sesc/AL	R\$4.506.179,44
Valor destinado a menor	R\$1.852.762,52

- b) Verificamos que a Administração Regional não atingiu a aos recursos aplicados na gratuidade no exercício de 2020 (16,67% da Receita Compulsória Líquida), conforme o disposto no decreto governamental:

Mínimo exigido pelo Decreto 6.632/08 (16,67% da receita compulsória líquida)	R\$3.180.424,92
Valor destinado, conforme demonstrativo apresentado pela AR/Sesc/AL	R\$2.072.119,49
Valor destinado a menor	R\$1.108.305,43

A Administração Regional assim justificou as inconformidades das letras “a” e “b”, por meio do relatório de gestão – página 98:

O Programa de Comprometimento e Gratuidade (PCG) apresentou no exercício de 2020 o percentual de execução financeira de 70,86%. Este resultado reflete o empenho e engajamento das equipes na busca de superar as limitações impostas pela pandemia da Covid-19.

Em obediência aos Decretos Estaduais e em alinhamento às medidas de segurança e prevenção a Covid-19, as atividades de todas as Unidades Operacionais foram suspensas, a partir de março de 2020. Tais medidas impactaram na concretização dos objetivos e alcance de metas, a exemplo das ações do PCG.

A Assessoria Técnica, ciente dos efeitos da pandemia Covid-19, não fará recomendação e/ou exceção sobre o assunto, nesta análise.

Por fim, o total comprometido e os beneficiários do programa serão atestados *in loco* na auditoria de 2021, objetivando mensurar e validar o cumprimento das metas do Programa de Gratuidade, em conformidade com as Resoluções Sesc n^{os} 1.166/2008 e 1.351/2017.

8 - ACOMPANHAMENTO DOS BALANCETES MENSAIS

Na análise do balanço anual, quanto aos apontamentos levantados nas avaliações mensais desta Assessoria Técnica sobre os balancetes enviados pela AR/Sesc/AL, não constatamos recorrência de itens relevantes para fins de execução ou recomendação.

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram analisados o Balanço Patrimonial, totalizando R\$84.037.640,51, e as demais peças integrantes da Prestação de Contas segundo os princípios de contabilidade geralmente aceitos e, em nossa opinião, refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, as situações patrimonial, econômica, financeira, orçamentária e operacional da instituição, sem restrições.

Senhora Diretora da Assessoria Técnica do Conselho Fiscal, encaminhamos a presente análise, devidamente revisada.

Em 15/3/2021

Ratificamos a presente análise conclusiva.

À consideração do Senhor Conselheiro- Relator.

Em 17/3/2021



Andréa Rodrigues de Andrade Lima
Diretora da Assessoria Técnica
do Conselho Fiscal
CRC-RJ069302/O-6

ANEXO

DEMONSTRATIVO DA RECEITA COMPULSÓRIA REAL LÍQUIDA

Composição	Decreto (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
Receita Compulsória (Valor Informado pelo DN)	20.070.201,73	17.821.958,00	20.070.201,73
(-) Comissão para RFB (2,0%)	401.404,05	356.439,00	401.404,05
Subtotal	19.668.797,68	17.465.519,00	19.668.797,68
(-) Contribuição a Fecomércio - (3,0%)	590.063,93	523.966,00	590.063,93
Receita Compulsória Líquida	19.078.733,75	16.941.553,00	19.078.733,75
Valor destinado ao PCG	6.358.941,96	5.284.322,77	4.506.179,44
Recursos Aplicados na Gratuidade (16,67% da Receita Compulsória Líquida)	3.180.424,92	2.872.169,39	2.072.119,49

Verificamos que a Administração Regional não atingiu a execução financeira disponibilizada ao PCG (33,33% da Receita Compulsória Líquida) e recursos aplicados a gratuidade no exercício de 2020 (16,67% da Receita Compulsória Líquida), conforme o disposto no decreto governamental.

A Administração Regional justificou a ocorrência, por meio do relatório de gestão – página 98:

O Programa de Comprometimento e Gratuidade (PCG) apresentou no exercício de 2020 o percentual de execução financeira de 70,86%. Este resultado reflete o empenho e engajamento das equipes na busca de superar as limitações impostas pela pandemia da Covid-19.

Em obediência aos Decretos Estaduais e em alinhamento às medidas de segurança e prevenção a Covid-19, as atividades de todas as Unidades Operacionais foram suspensas, a partir de março de 2020. Tais medidas impactaram na concretização dos objetivos e alcance de metas, a exemplo das ações do PCG.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES INCLUÍDAS NA GRATUIDADE TOTAL

Programa	Modalidade	Realização	Nº de Inscrições (Clientes)	Frequência / Clientes / Público / Participantes		Valores (R\$)	
				Previstos	Realizados	Previstos	Realizados
Educação de Jovens e Adultos	Sem modalidade	Anos iniciais do ensino fundamental	122	55.964	59.093	838.622,41	600.986,09
Educação Complementar	Acompanhamento Pedagógico	Curso	66	40.655	32.809	454.537,60	252.522,04
Total Programa Educação						1.293.160,01	853.508,13
Educação em Saúde	Sem modalidade	Encontro	541	1.082	708	397.663,68	280.631,30
		Oficina	187	415	599		
		Orientação	119	902	592		
		Palestra	-	126	-		
		Roda de conversa	119	826	498		
		Vivência	246	1.544	2.209		
Total Programa Saúde						397.663,68	280.631,30
Desenvolvimento Físico-Esportivo	Formação Esportiva	Esporte coletivo	99	8.534	414	1.069.798,47	937.980,06
		Esporte individual	134	5.736	2.215		
		Multi práticas esportivas	280	23.646	2.885		
	Eventos Físico-Esportivos	Oficina	-	3.840	-	111.547,23	
Total Programa Lazer						1.181.345,70	937.980,06
Total						2.872.169,39	2.072.119,49

**PARECER DO CONSELHEIRO-RELATOR
SOBRE O PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DA
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SESC NO ESTADO DE ALAGOAS
EXERCÍCIO DE 2020**

Em consonância com o artigo 20 do Regulamento do Sesc, aprovado pelo Decreto nº 61.836/1967 e com os artigos 4º e 10 do Regimento Interno do Conselho Fiscal, relatamos o resultado da análise elaborada pela Assessoria Técnica do Conselho Fiscal sobre o processo de prestação de contas da Administração Regional do Sesc no estado de Alagoas, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A análise da Assessoria Técnica foi realizada sobre os seguintes enfoques: i) o Balanço Geral, com avaliação da situação econômica, financeira, orçamentária e patrimonial da entidade e suas mutações; ii) os resultados dos exames diretos e indiretos das documentações de receitas e despesas, conforme parágrafos 1º e 2º do art. 20 do Regimento Interno do Conselho Fiscal, considerando a materialidade e relevância, com o fim de assegurar a exatidão dos demonstrativos e a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão dos responsáveis; iii) a composição das peças integrantes do processo, no conteúdo e na forma, de acordo com as instruções dos órgãos interno e externo de controle, notadamente, os artigos 51 a 57 do Codeco; Instrução Normativa TCU 084/2020, de 22/4/2020 e Decisão Normativa TCU 187/2020, de 9/9/2020.

Para o exercício em análise, resalte-se que nossas avaliações consideraram os efeitos da pandemia Covid-19 nas estruturas econômicas do país e seus reflexos nos indicadores apresentados nesta prestação de contas.

Saliente-se ainda que, em virtude do estado de força maior vivenciado em 2020, foram realizadas auditorias de forma remota em algumas Administrações Regionais, fato que também impacta nos exames diretos dos atos e fatos subjacentes a esta prestação de contas.

O parecer emitido pela Assessoria Técnica concluiu:

1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Assessoria Técnica concluiu que o processo de prestação de contas obedeceu aos dispositivos emanados pela Instrução Normativa TCU nº 84/2020, de 22/4/2020 e Decisão Normativa TCU nº 187/2020, de 9/9/2020.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os técnicos informam que as demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com o Código de Contabilidade e Orçamento (Codeco), aprovado pelas Resoluções Sesc nºs 1.245/2012, de 17/2/2012 e 1.291/2014, de 4/11/2014. Ressaltam que essas demonstrações, em conjunto com as notas explicativas, refletem as situações patrimonial, financeira e econômica da Administração.

A Administração Regional realizou 87,09% de seu orçamento anual.

A posição econômica do exercício aponta para um superávit de R\$2.401.942,02.

A Administração Regional fechou o exercício com uma reserva financeira capaz de suportar gastos normais futuros em até 4 meses 28 dias.

3. CUMPRIMENTO DO PROGRAMA DE COMPROMETIMENTO E GRATUIDADE - PCG

O Programa de Comprometimento e Gratuidade desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio tem como objetivo cumprir o acordo firmado, por meio do Decreto nº 6.632/2008, com o Governo Federal, que visa aplicar recursos da arrecadação compulsória em educação básica e continuada ou ações educativas relacionadas com os programas institucionais. Metade do montante deverá ser destinada gratuitamente aos comerciários e seus dependentes e aos estudantes da educação básica de baixa renda.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA COMPULSÓRIA REAL LÍQUIDA

Composição	Decreto (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
Receita Compulsória (Valor Informado pelo DN)	20.070.201,73	17.821.958,00	20.070.201,73
(-) Comissão para RFB (2,0%)	401.404,05	356.439,00	401.404,05
Subtotal	19.668.797,68	17.465.519,00	19.668.797,68
(-) Contribuição a Fecomércio - (3,0%)	590.063,93	523.966,00	590.063,93
Receita Compulsória Líquida	19.078.733,75	16.941.553,00	19.078.733,75
Valor destinado ao PCG	6.358.941,96	5.284.322,77	4.506.179,44
Recursos Aplicados na Gratuidade (16,67% da Receita Compulsória Líquida)	3.180.424,92	2.872.169,39	2.072.119,49

Foi constatado que a Administração Regional não atingiu a execução financeira disponibilizada ao PCG (33,33% da Receita Compulsória Líquida) e recursos aplicados a gratuidade no exercício de 2020 (16,67% da Receita Compulsória Líquida), conforme o disposto no decreto governamental.

A Administração Regional justificou a ocorrência, por meio do relatório de gestão – página 98:

O Programa de Comprometimento e Gratuidade (PCG) apresentou no exercício de 2020 o percentual de execução financeira de 70,86%. Este resultado reflete o empenho e engajamento das equipes na busca de superar as limitações impostas pela pandemia da Covid-19.

Em obediência aos Decretos Estaduais e em alinhamento às medidas de segurança e prevenção a Covid-19, as atividades de todas as Unidades Operacionais foram suspensas, a partir de março de 2020. Tais medidas impactaram na concretização dos objetivos e alcance de metas, a exemplo das ações do PCG.

A Assessoria Técnica, ciente dos efeitos da pandemia Covid-19, não fará recomendação e/ou exceção sobre o assunto, nesta análise.

O total comprometido e os beneficiários do programa serão atestados *in loco* na auditoria de 2021, objetivando mensurar e validar o cumprimento das metas do Programa de Gratuidade, em conformidade com as Resoluções Sesc nºs 1.166/2008 e 1.351/2017.

4. CONCLUSÃO

Fundamentados no exame realizado pela Assessoria Técnica, concluímos que a prestação de contas da Administração Regional do Sesc no estado de Alagoas, relativa ao exercício de 2020, está em conformidade com as normas que regem a matéria e refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, as situações patrimonial, econômica, financeira, orçamentária e patrimonial da instituição, de acordo com os padrões vigentes estabelecidos pelo Código de Contabilidade e Orçamento, sem restrições.

Por fim, o conhecimento de fato de gestão superveniente e essencial ocorrido nesse exercício poderá motivar a revisão deste posicionamento, conforme art. 4º, inciso XI, do Regimento Interno do Conselho Fiscal, homologado pela Resolução Sesc nº 1.194/2010.

É o nosso voto.

Em 25 de março de 2021.


Fábio Sáustino Mesquita de Faria
Conselheiro
Representante do
Governo Federal